



Estado do Rio Grande do Sul  
Câmara Municipal de Vereadores de Chuvisca

Câmara Municipal de Chuvisca  
- PROTOCOLO - Nº 42  
Em 04 de Março de 2023  
Horário 14:30 hs  
Mfz  
Assinado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E REDAÇÃO FINAL

**Parecer 02/2023**

**Autor da Emenda:** Vereador Hélio José Langhanz

**Relator:** Vereador Ronildo Moraes de Souza

**Matéria:** Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei nº. 01/2023.

**ASSUNTO:** Exame da legalidade da Emenda Modificativa apresentada ao Projeto de Lei nº 01/2023, oriundo do Poder Executivo:

"Modifica a redação do anexo I do Projeto de lei 01/2023."

### 1. RELATÓRIO:

A Emenda ora apreciada foi apresentada durante a sessão ordinária ocorrida no dia 28/02/2023, pelo Vereador Hélio José Langhanz, sendo protocolada na Secretaria desta Casa Legislativa, sob nº de protocolo 35, indo à leitura e encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação Final na mesma data.

A Comissão se reuniu em 07/03/2023, ocasião em que analisou e deliberou a Emenda Modificativa em questão.

É o breve relato.

 Ronildo



*Estado do Rio Grande do Sul*  
*Câmara Municipal de Vereadores de Chuvisca*

*COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E REDAÇÃO FINAL*

**2. PARECER:**

Preliminarmente, cumpre destacar que a matéria em comento encontra respaldo no disposto no art. 231 e seguintes do Regimento Interno do Poder Legislativo, cujo teor garante ao Edil, dentre outras funções, a apresentação de Emenda Modificativa.

Por conseguinte, diante da natureza das emendas, a emenda modificativa escolhida pelo vereador, de pronto, encontra-se inadequada, tendo em vista o disposto no artigo 231, §5º, §6º, I, II e III e § 7º do Regimento Interno desta Casa.

§ 5º - **Emenda Modificativa é a que se refere apenas à redação do artigo, parágrafo, inciso ou alínea, sem alterar a substância da proposição.**

§ 6º - A Emenda Modificativa subdivide-se em:

I - ampliativa, quando estende as pessoas, coisa ou situação, as disposições a que se refere;

II - restritivas, quando diminui os efeitos ou reduz a amplitude da disposição alterada;

III - corretiva, quando não dispõe sobre o conteúdo, mas sobre a forma como se apresenta redigida, a fim de estabelecer a técnica jurídica e a adequação do renunciado aos objetivos compreendidos.

§ 7º - Na sub-categoria a que se refere o parágrafo anterior, as Emendas se destinam exclusivamente a corrigir erros, incoerências ou absurdo manifesto.

Todavia, mesmo que tivesse optado por outra classificação de sua emenda, ainda assim não estaria de acordo com a sua natureza estabelecida no Regimento desta Casa, pois visa modificar valores estabelecidos em anexo ao Projeto de Lei e não à redação dos artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do texto do PL.

Ainda que feitas tais ressalvas, é importante consignar que, no caso concreto, a emenda parlamentar importa em aumento de valores para lance inicial de leilão em dois itens do Anexo I, antes avaliada em R\$200,00 para R\$ 800,00, ao passo que quadruplicou o valor para lance inicial de dois bens móveis avaliados por engenheiro mecânico como sucatas, circunstância que poderá repercutir diretamente no interesse de lances pelos bens, reduzindo consideravelmente a chance de venda dos itens, o que, ao menos em juízo sumário, importa, efetivamente, em indevida ingerência entre os Poderes do Município.

*Dono do Romildo*



*Estado do Rio Grande do Sul*  
*Câmara Municipal de Vereadores de Chuvisca*

*COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E REDAÇÃO FINAL*

A matéria deve ser enfrentada à luz dos princípios constitucionais, mas sobretudo aqueles do processo legislativo em combinação com princípio da razoabilidade e da proporcionalidade.

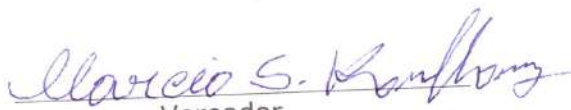
Assim, corroborando sob o prisma da formalidade a indigitada emenda é incabível, não podendo tramitar, porque não atende à formalidade.

Em suma, estando o projeto de Lei formalmente correto, é da Comissão a competência, para apreciar e, se necessário, também apresentar emendas antes de emitir parecer sobre o referido projeto. Pois, da Câmara Municipal é a competência, para decidir posteriormente sobre sua conveniência de mérito das emendas apresentadas.

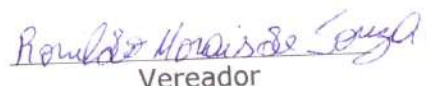
Destarte, após análise do mérito da proposição e confrontá-lo com o Princípio da razoabilidade e da Legalidade que rege a Administração Pública, bem como as previsões Constitucionais relativas ao Projeto de Lei 01/2023, conclui-se que a Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação Final, emite Por UNANIMIDADE, parecer **DESAVORÁVEL** à matéria em análise, opinando pela REPROVAÇÃO da referida Emenda Modificativa, encaminhando-a à Plenário para votação.

É o Parecer.

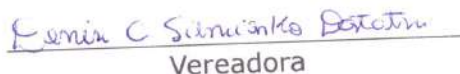
Chuvisca (RS), 07 de Março de 2023.



Vereador  
Márcio Sidinei Konflanz  
Presidente



Vereador  
Ronildo Moraes de Souza  
Relator



Vereadora  
Denise Caroline Siemionko Dostatni  
Secretário